

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.247 - SP (2019/0077064-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : BOMBRIL S/A
ADVOGADO : LUÍS CARLOS PASCUAL E OUTRO(S) - SP144479
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por BOMBRIL S/A, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, promanado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AGRAVO LEGAL. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. PODERES DO RELATOR DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

- Admissível o julgamento do recurso de apelação nos moldes do artigo 557 do Código de Processo Civil uma vez que a análise das questões abordadas nos autos foi amparada na jurisprudência pátria dominante, o que, por si só, já afasta qualquer irregularidade a respeito. Ademais, eventual violação aos princípios do contraditório e da inafastabilidade do controle jurisdicional, decorrente da aplicação do art. 557 do CPC, fica superada, desde logo, com a apreciação do presente agravo legal pelo órgão colegiado.

II - O Código de Processo Civil atribui poderes ao Relator para negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, bem como para dar provimento ao recurso interposto quando o ato judicial recorrido estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

III - Hipótese dos autos em que a decisão agravada observou os critérios anteriormente expostos e a parte agravante não refuta a subsunção do caso ao entendimento firmado, limitando-se a questionar a orientação adotada, já sedimentada nos precedentes mencionados por ocasião da aplicação da disciplina do artigo 557 do Código de Processo Civil.

IV - Não há que se falar em necessidade de reserva de plenário para afastamento dos arts 22, I e 28, I e § 9º, 'S', da Lei nº 8.212/91, tendo em vista que o entendimento firmado não implicou na declaração de inconstitucionalidade das normas em questão.

V - Agravos legais desprovidos" (fls. 436/437e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 463/474e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, aponta-se violação aos arts. 22, I, e 28, § 9º, da Lei 8.212/91.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"É cediço que a verba intitulada férias usufruídas não tem as cinco características intrínsecas ao salário: (a) habitualidade, (b) periodicidade, (c) quantificação, (d) essencialidade e (e) reciprocidade, que por si só, culminaria na desnaturação da verba do caráter salarial, mas também em razão de ter o condão de prover ao trabalhador maior conforto durante o gozo das férias, possuindo, claramente, caráter indenizatório.

(...)

O v. acórdão, mantendo integralmente a decisão monocrática anteriormente proferida, afirma que há incidência das contribuições previdenciárias sobre o seguro de vida em grupo, uma vez que, apesar de se tratar de verba indenizatória, não teria sido comprovada a contratação do seguro de forma coletiva:

(...)

Nesse sentido, sobre a divergência acerca da não demonstração da modalidade de seguro de vida – individual ou em grupo – oferecida a seus empregados, cumpre esclarecer que o pedido realizado no presente 'writ' é específico para seguro de vida em grupo custeado pela empresa, ou seja, não há o que se falar em discussão sobre individualidade, uma vez que tal argumentação estaria fora do pedido pleiteado.

(...)

Nessa mesma linha, temos a discussão acerca das ajudas de custo não habituais, que, conforme já decidido por este e. Superior Tribunal de Justiça possuem natureza indenizatória.

Nota-se que, novamente, mesmo diante do posicionamento desta corte acerca do caráter indenizatório das referidas verbas, o

Tribunal 'a quo' negou vigência a aplicação da Lei quando decidiu por sua inclusão na base de cálculo.

Portanto, a discussão acerca da incidência das contribuições previdenciárias sobre as ajudas de custo não habituais e o seguro de vida em grupo, consistem apenas na análise do ato de cobrança, para que, verificada sua ilegalidade, seja afastada a incidência, deixando para que as partes debatessem na fase do encontro de contas (créditos x débitos) eventual divergência" (fls. 444/446e).

Requer-se, por fim, "seja o presente Recurso Especial conhecido e, ao final, provido por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para o fim de reformar o v. Acórdão recorrido, reconhecendo-se a afronta ao artigo 22, inciso I da Lei no 8.212/91, para reconhecer a natureza indenizatória, transitória e não retributiva das ajudas de custo não habituais e do seguro de vida em grupo, determinando-se que a Recorrente se abstenha de recolher contribuição previdenciária incidente sobre tal verba, e seja reconhecido o seu direito de reaver os valores pagos indevidamente a este título" (fl. 448e).

Contrarrazões às fls. 297/305e.

Recurso Especial inadmitido (fls. 553/556e), com base na Súmula 7/STJ, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 568/576e).

Contraminuta às fls. 585/587e.

O presente recurso não merece prosperar.

A matéria relativa à incidência, ou não, de contribuição previdenciária sobre férias usufruídas não foi objeto de análise, pelo Tribunal de origem, razão pela qual o recurso, no ponto, ressent-se do necessário prequestionamento. Aplica-se a Súmula 211/STJ.

Quanto ao tema da incidência, ou não, de contribuição previdenciária sobre seguro de vida em grupo, a argumentação expendida no Especial – no sentido de que, dado o pedido formulado na inicial, seria evidente que a lide versaria sobre seguro de vida em grupo e não individual –, conduziria à conclusão lógica de que a decisão teria sido, no ponto, **extra petita**, cabendo sua anulação, não sua reforma, como equivocadamente peticionado. De reconhecer, no particular, a deficiência formal do recurso, por aplicação analógica da Súmula 284/STF. Não fosse isso bastante, a mera afirmação, da ora recorrente, de que o seguro contratado seria coletivo não prova que, na realidade, ele não seria individual, consistindo a questão, portanto, em matéria de fato, insuscetível de acerto em Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

Por derradeiro, em relação à questão da incidência, ou não, da contribuição previdenciária sobre parcelas de ajuda de custo ditas "não eventuais",

importante observar que, no acórdão recorrido, restou assentado o seguinte:

"Quanto às verbas intituladas pelo impetrante como 'ajuda de custo não habitual', dada sua indicação genérica, sem pontuar qual espécie de ajuda ou apresentar prova pré-constituída que demonstrasse a sua não eventualidade, o reconhecimento da não incidência demandaria dilação probatória não compatível com a via estreita do mandado de segurança"

Mais uma vez, mostra-se impossível revisar esse juízo de fato, exarado pelo Tribunal de origem, no sentido da inexistência de prova pré-constituída, porque exigiria exame probatório incabível em sede de Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Sem honorários. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora